

Globethics Repository



A pergunta de kant ao pt [The question from kant to pt]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Terra, Ricardo
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-15 11:12:34
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163358

suas questões de tal maneira que a formulação implica uma resposta ou torna impossível certas respostas. É essa mentalidade aberta de Kant como investigador que devemos cultivar. Kant, que elaborou um dos sistemas filosóficos mais impressionantes, talvez ele e o de Aristóteles, sejam os dois sistemas mais impressionantes da história da Filosofia, não pretendeu jamais ensinar a Filosofia, e sim a filosofar. Isso ele diz expressamente em sua obra mais importante, **A crítica da razão pura**. A Filosofia não é algo que se possa ensinar, o que sim se pode ensinar é filosofar. Isso para Kant, em última análise, é aclarar os conceitos dados, o domínio do conhecimento, da moral, da estética e da arte, procurar clareza sobre esses e sobre as razões que nós temos para adotar esses conceitos e não os outros. Isso é o que o acadêmico deve mais prezar do legado kantiano.

A PERGUNTA DE KANT AO PT:

“ESTAMOS CONSTRUINDO INSTITUIÇÕES EM QUE SOBERANIAS POPULARES ESTÃO ARTICULADAS COM OS DIREITOS HUMANOS?”

Entrevista com Ricardo Terra

*Ricardo Ribeiro Terra é professor do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). É graduado e doutor em Filosofia pela USP. O título de sua tese de doutorado é “Política e história na filosofia kantiana”. Obteve Livre Docência também pela USP com o título de tese “Passagens. Ensaio sobre a filosofia de Kant”. Seu pós-doutorado foi realizado na Universidade de Frankfurt, Alemanha. É autor de **A política tensa. Idéia e realidade na filosofia da história de Kant**. São Paulo: Iluminuras, 1995. Organizou as obras **Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita, de I. Kant**. São Paulo: Brasiliense, 1986; e **Duas introduções à Crítica do Juízo, de I. Kant**. São Paulo: Iluminuras, 1995. A seguir, a entrevista que concedeu a **IHU On-Line** sobre a importância da filosofia de Kant.*

IHU On-Line – Qual seria o principal legado de Kant?

Ricardo Terra – O legado de Kant é muito amplo. Na história da Filosofia existem poucos elementos que nós podemos comparar. Aristóteles também tem essa virtude. No caso de Kant, o legado é enorme. É justamente na crítica da razão pura que temos tantas questões vinculadas à queixa da metafísica e ao mesmo tempo condições de possibilidades para entender a ciência do tempo dele, que é a física do Newton. Na crítica da razão prática, há uma ampliação e radicalização da auto-fundação da moral. Kant elabora uma filosofia moral independente da religião e separada da ciência. E na terceira crítica, que é a crítica do juízo, ele ainda abre a possibilidade de se pensar o juízo estético, independente da lei da religião, independente da ciência e da ética. A amplitude do legado kantiano pode ser avaliada pelas três críticas. Podemos entrar no desdobramento desse legado. Um exemplo que possibilita a razão prática, a fundamentação da moral, Kant também leva a uma fundamentação do direito, o que tem uma relevância enorme. Se pensarmos como Kant, tanto o direito privado quanto o público, e no direito público, o direito internacional, podemos considerar Kant como precursor de organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU). O legado vai desde condições de proximidade para pensar a física de Newton, uma revolução na maneira de considerar a metafísica, até no plano político, ele está repensando as relações internacionais. O legado tem muitas perspectivas, tanto no plano da compreensão da ciência, da ética, da moral, do direito como na do próprio juízo estético. O legado realmente é enorme.

IHU On-Line – Nessa moral autofundada, ele muda a concepção de Deus de sua época?

Ricardo Terra – Kant tem um livro, que é fundamental, sem falar nas três obras-primas, que são as mais conhecidas, as três críticas: crítica da razão pura, crítica da razão prática e a crítica da faculdade de juízo. Há vários aspectos importantes na concepção kantiana de Deus. Kant tem um livro que se chama *Religião nos limites da simples razão*. Nesse livro, ele vai elaborar toda uma concepção ético-religiosa em que ele interpreta a própria escritura, mas do ponto de vista da razão, isto é, a religião nos limites da simples razão. A grande mudança que tem Kant em relação à religião ou em relação a Deus, é que ele acha impossível demonstrar a existência de Deus. Isso faz uma diferença enorme, tendo-se em conta a metafísica anterior, que a prova da existência de Deus era fundamental até para a fundamentação do campo do conhecimento, se pegarmos, por exemplo, Descartes. Para Kant o fundamental do conhecimento no próprio sujeito, não depende de Deus. Não há uma prova da existência de Deus, mas isso não significa que não se acredita em Deus. Não há uma prova racional da existência de Deus, mas fica aberta a possibilidade para uma fé racional. Também não pode provar que não existe. Há uma limitação do que é o conhecimento, e essa limitação abre possibilidade para afirmar Deus de outra maneira, que não seja teórica.

***IHU On-Line* – Duzentos anos após a morte de Kant, quais as principais limitações dele que o senhor assinalaria?**

Ricardo Terra – Apesar de ser um crítico da metafísica, Kant ainda tem todo um lado metafísico com a comprovação da coisa em si. De outro lado, ele está limitado à ciência de seu tempo. A epistemologia de Kant está no horizonte ainda da física de Newton, que não conheceu a teoria da relatividade da física quântica. É claro que tem uma certa limitação histórica do pensamento de Kant. Mesmo assim, o legado é grande, porque a maneira como Kant trabalha Newton pode ser repensada hoje para pensar a física contemporânea. Temos vários neokantismos, que tentam repensar isso. Uma parte do legado fundamental do ponto de vista político e jurídico. Há autores como John Rawls ou Jürgen Habermas, que de uma forma ou de outra, desenvolveram a ética e o direito kantianos. Apesar da limitação da filosofia do sujeito kantiano, a inspiração kantiana se desdobra de outras maneiras. Existe uma limitação do plano da ciência e da política da época de Kant.

***IHU On-Line* – Em uma cultura de guerra na qual vivemos, com tanta violência terrorista e “antiterrorista”, como o conceito de paz kantiano poderia iluminar nossa sociedade contemporânea?**

Ricardo Terra – Em muito. Além do legado das três críticas, o legado do pensamento político-jurídico kantiano é fundamental, porque Kant está o tempo todo insistindo no espaço público, na discussão no espaço público. Nesse sentido, há uma resistência contra todos os fundamentalismos. A postura kantiana é de uma abertura para as discussões públicas, e não para a violência pública. Kant ele quer desvincular os direitos liberais com os democráticos. Ele, o tempo todo, está querendo relacionar direitos humanos e sabedoria popular. Esse é o elemento fundamental do seu pensamento. O filósofo contemporâneo alemão Jürgen Habermas diz que há uma co-originalidade entre direitos humanos e soberania popular em Kant. A soberania popular é fundamental, mas também os direitos humanos são fundamentais. A soberania popular junto com os direitos humanos deveriam reger não só a política interna de cada país, mas também em última instância a política externa. Podemos encontrar muitos elementos na filosofia kantiana contra a política como violência ou como terrorismo ou como antiterrorismo violento. A perspectiva de paz de Kant não é uma mera perspectiva utópica. A paz para ele se constrói com o direito. A condição da paz é o estado de direito, é a soberania popular de direitos humanos juntos. Mais um elemento diante do horror que estamos vivendo

nesses dias, pensar que a noção de direitos humanos junto com a soberania popular é uma maneira de enfrentar essa situação e tentar construir instituições tanto nacionais quanto internacionais em que se tenha mais justiça e menos fundamentalismos. A tolerância deveria se transformar em instituições jurídicas que garantam tanto a soberania popular quanto os direitos humanos.

IHU On-Line – O que a filosofia de Kant poderia dizer sobre ética na política brasileira?

Ricardo Terra – Kant vai dizer que a ação política não pode ir contra a moral. Por outro lado, é evidente que não podemos confundir a política com a ética individual. Devemos pensar que instituições políticas estejam garantindo o estado de direito. Existem problemas de falta de ética de indivíduos, mas o importante seria ter instituições que cuidam disso. Não podemos tirar toda a atenção da política por causa da falta de ética de elementos. O importante é criar estruturas que possam punir essa falta de ética. Estamos construindo ou não instituições em que soberanias populares estão articuladas com os direitos humanos? Esta é a questão fundamental. Será que os governantes estão conseguindo articular a soberania popular com os direitos humanos? Está havendo uma ampliação de direitos sociais ou não? Esta questão tem uma dimensão ética que diz respeito a garantir direitos sociais. Problema muito maior do que a falta de ética de alguns membros do partido, o que não se esperava que acontecesse, é questionar se o PT está conseguindo articular a soberania popular e os direitos humanos, ou seja, há políticas que estão ampliando os direitos sociais? O susto maior está aí: não tanto em descobrir que existem pessoas corruptas, isso sempre existiu e vai existir em todos os partidos. A integridade ética maior será se ele está cumprindo ou não essa dimensão de articulação de direitos sociais e a soberania popular. O problema do partido é muito mais esse, a falha está muito mais nesse aspecto do que ter elementos corruptos, que todos partidos têm. É claro que eles precisam ser investigados e punidos.

IHU On-Line – Há três semanas, a matéria de capa de nosso boletim foi o papel da universidade na sociedade. Qual seria o legado mais importante de Kant que a universidade deveria assumir?

Ricardo Terra – É difícil dizer o que Kant pensaria da universidade. Ele refletiu sobre universidade, mas principalmente sobre a independência das faculdades. Na época dele havia conflitos muito grandes entre as Faculdades de Filosofia e Teologia, e havia censura da Faculdade de Teologia em relação à de Filosofia. No pensamento kantiano, a universidade é o lugar privilegiado do espaço público e da discussão sem coerção, sem censura. A universidade é onde deveria ser possível um desenvolver da ciência das artes, e do pensamento livre. Por excelência a universidade tem que ser o elemento criativo do pensamento crítico. No tempo do governo de Frederico II, havia uma certa liberdade de pensamento grande na Prússia. Já no fim da vida, Kant vai ter problemas com a fissura. É fundamental o âmbito da liberdade de pensarmos espaço público. É fundamental que se possa publicar e discutir sobre todos os assuntos. A universidade é um importante berço da criação de ciência, de cultura, de arte.

IHU On-Line – Quais seriam as características básicas e que de repente foram inovadoras em seu tempo da concepção kantiana de pessoa humana e de sociedade?

Ricardo Terra – É uma grande pergunta. Vou simplificar muito. A noção de dignidade da pessoa é um elemento fundamental para Kant. O interessante é que a dignidade da pessoa está vinculada com a noção de autonomia, aí é que está o grande alcance da filosofia kantiana. O homem é digno, porque ele faz leis para ele mesmo. Essa noção de autonomia é fundamental, tanto no plano da ética quanto no plano político e jurídico. Nós obedecemos a leis

que nós, como racionais, estamos elaborando. Kant tem uma ética que não depende de elementos empíricos nem depende de Deus. Os homens têm que seguir leis que eles mesmos estão fazendo para eles mesmos. No plano da relação interpessoal, isso leva a que o homem não possa ser considerado apenas como meio para outro homem. O homem tem sempre fim em si mesmo. Aí existe uma crítica à exploração do homem por outro, já que, pela dignidade, ele tem sempre que ser tomado como fim e não apenas como meio. No plano político, Kant pensa a noção de autonomia: a noção de soberania popular. O povo tem que obedecer às leis que ele está elaborando para ele mesmo. Só que, como a noção de dignidade é forte em Kant, ele tem que articular a noção de soberania popular à noção de direitos humanos. Uma determinada conjunção não pode ir contra a dignidade da minoria. A articulação de direitos humanos com soberania popular torna possível uma noção de pessoa que garante a sua dignidade, participando de uma sociedade em que há uma soberania popular. Tanto no plano de vista ético quanto político-jurídico a autonomia e a dignidade são fundamentais.

IHU On-Line – A partir dessa concepção de autonomia da pessoa humana de Kant, há 200 anos, que consciência ele poderia ter em relação à mulher?

Ricardo Terra – Este é um ponto bem complicado. Antes havia uma pergunta sobre os limites de Kant e nessa questão há um limite. Apesar de Kant colocar toda a autonomia moral e ética e reconhecer a dignidade da mulher, há uma limitação histórica em relação à participação da mulher na política. Como na Prússia ele não vê o direito da mulher de votar. Este é um limite histórico que, inclusive, contradiz, em certo sentido, o espírito de toda a filosofia dele. Ele, que fala tanto da dignidade e da autonomia ética da mulher, acaba não encontrando essa autonomia política da mulher na vida social. Mesmo na constituição da Revolução Francesa de 1791, a mulher não tinha direito a voto. Esse é também o limite dos próprios constituintes da Constituição da Revolução Francesa. Há uma ambigüidade aí. Ao mesmo tempo no plano ético ele fala da dignidade da autonomia da mulher, mas, no plano político, ele não consegue ir além do seu tempo. O grande filósofo da dignidade e da autonomia acabou tendo esse limite em relação aos direitos da mulher.

UMA ÉTICA MOTIVADA PELO DESEJO DE REALIZAÇÃO DA HUMANIDADE

Entrevista com Valério Rohden

*Valerio Rohden é professor titular de Filosofia na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), ex-professor titular de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pesquisador do CNPq, e presidente da Sociedade Kant Brasileira. Traduziu, de Kant, a **Crítica da razão pura** (Abril Cultural, 1981), a **Crítica da faculdade do juízo** (Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1992 / Forense Universitária, RJ, 1993) e a **Crítica da razão prática** (Martins Fontes, 2002, edição bilingüe 2003). É livre docente pela UFRGS e pós-doutor pela Wilhelms Universität Münster, na Alemanha. É autor de **Interesse da Razão e Liberdade**. São Paulo: Ática, 1981.*

IHU On-Line - Qual é o significado mais importante para o senhor do bicentenário da morte de Kant?

Valério Rohden - Emmanuel Kant (1724-1804) foi um filósofo que não saiu de sua cidade, que mantinha uma atividade social diária, que realizava exercícios físicos regulares, participava da política universitária. Foi duas vezes reitor, lecionava, escrevia, citando poucos autores; seus conhecimentos, entre teológicos, científicos, filosóficos, artísticos e comuns, estendiam-se a quase todos os domínios da teoria e da prática humana; elaborou uma ética exigente, mas